

1 Aos dois dias do mês de setembro de 2024, reuniram-se ordinariamente os conselheiros da
2 Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio
3 das Velhas, na sede do Comitê, localizada à Rua dos Carijós, nº 244, 6º andar, Centro – Belo
4 Horizonte/MG. **Conselheiros presentes:** Fúlvio Rodriguez Simão – Empresa de Pesquisa
5 Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); João Paulo Mello Rodrigues Sarmento – Instituto
6 Estadual de Florestas (IEF); Viviane das Graças Rodrigues Pires – Prefeitura de Ouro Preto;
7 Márcio Roberto Lima – Prefeitura de Contagem; Nathalia Luiza Fonseca Martins – Federação das
8 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Leonardo José Teixeira – Conselho Regional de
9 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). **Convidados presentes:** Larissa Soares,
10 Mariana de Abreu - Água e Solo Estudos e Projetos Ltda; Guilherme Silva, Dimas Correa e
11 Frederico Henrique – Agência Peixe Vivo; Renata F. M. Costa – Prefeitura de Contagem. **Pauta:**
12 **Item 1.** Abertura, verificação de quórum e recepção dos conselheiros; **Item 2.** Aprovação da ata
13 da reunião do dia 16 de abril de 2024; **Item 3.** Validação do Parecer Técnico Final de apuração
14 dos resultados do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para contratação de
15 elaboração de estudos de concepção, projetos básico e executivo para sistemas de esgotamento
16 sanitário de uso coletivo na bacia hidrográfica do Rio das Velhas; **Item 4.** Debate acerca das
17 expectativas do comitê em relação ao Programa de Nascentes e Mananciais Urbanos; **Item 5.**
18 Assuntos gerais e encerramento. Item 1 – o coordenador da CTPC, Leonardo Teixeira, inicia a
19 reunião, agradece a presença de todos, e diz estar muito feliz em poder conhecer pessoalmente
20 muitos dos conselheiros que ainda não conhecia. Dimas Correa reforça a fala de Leonardo, e diz
21 que essa é uma reunião muito especial, por ser a primeira câmara técnica a se reunir
22 presencialmente desde as restrições impostas em função da pandemia pela COVID-19. Em
23 seguida, Leonardo retoma a palavra e pede a todos que se apresentem. **Item 02:** A ata da reunião
24 do dia 16 de abril de 2024 é posta em votação, e aprovada por unanimidade sem considerações.
25 **Item 03:** Mariana de Abreu inicia a apresentação do parecer técnico, fazendo um resgate histórico
26 da demanda apresentada, da elaboração e publicação do Procedimento de Manifestação de
27 Interesse (PMI), que foi discutido e aprovado por esta câmara técnica, estando em compatibilidade
28 com o Componente 3 - Saneamento Ambiental, Programa 3.3 - Esgotamento Sanitário, do Plano
29 Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (PDRH Rio das Velhas).
30 Sete municípios (ou autarquias municipais de saneamento) se inscreveram - Gouveia, Serviço
31 Autônomo de Água e Esgoto de Caeté (SAAE Caeté) Jaboticatubas, Jequitibá, Esmeraldas,
32 Baldim e Inimutaba - sendo todos eles habilitados. Na etapa seguinte, de hierarquização, foi
33 verificado que para todas as proponentes inscritas neste procedimento, a nota do critério C4
34 (Percentual de avanço da extensão de rede de esgoto municipal) foi igual a zero, uma vez que
35 não enviaram a documentação que atestasse o “quantitativo de rede coletora de esgoto domiciliar
36 necessária para o município, de acordo com o PMSB aprovado”. Para o critério C7 os
37 proponentes habilitados na etapa anterior deveriam comprovar a sua adimplência em relação à
38 Cobrança Pelo Uso de Recursos Hídricos, por meio da apresentação da Certidão Negativa de
39 Débitos - CND emitida pelo órgão gestor IGAM. Para este critério foi comprovada a situação de
40 adimplência até o final do exercício de 2023 por parte dos inscritos dos municípios de
41 Jaboticatubas/MG, Jequitibá/MG, Esmeraldas/MG e Inimutaba/MG, que atingiram a pontuação
42 máxima de 4 pontos para este quesito. O proponente SAAE - Caeté/MG comprovou sua situação

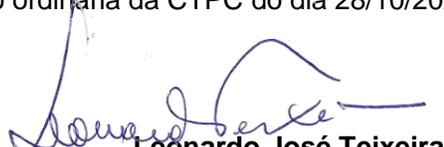
43 de inadimplência sem dívida ativa, alcançando a pontuação de 1 ponto para este critério. Os
44 municípios de Gouveia/MG e Baldim/MG não pontuaram para o critério C7, por não terem
45 apresentado os documentos requeridos para a computação deste quesito. Assim, 4 dos 7 quatro
46 dos sete municípios e suas respectivas comunidades inscritas foram classificados na etapa de
47 Hierarquização, e serão contemplados com a elaboração dos estudos e projetos, básico e
48 executivo, para sistemas de esgotamento sanitário de uso coletivo, sendo eles: 1º. Inimutaba –
49 Sede Municipal; 2º. Jaboticatubas – São José do Almeida; 3º. Jequitibá – Sede Municipal; 4º.
50 Esmeraldas – Bosque Ipê Amarelo, Condomínio Quintas das Esmeraldas, Condomínio; Solar das
51 Palmeiras 2 Secção, Condomínio Vivendas Cambuí, Condomínios Aldeia do Lago, Flórida,
52 Granjas Jardim Flamboyant, Recantos das Estrelas, Recreio do Tijuco, Retiro das Esmeraldas,
53 Tijuco, Vale das Esmeraldas II, Vale Ipê Amarelo. Os três últimos colocados foram
54 desclassificados por não atingirem a nota mínima de 6 pontos para classificação: Caeté - Penedia
55 e Rancho Novo; Gouveia - Sede Municipal e Barão de Guaicuí; Baldim - Sede Municipal, São
56 Vicente e Vila Amanda. Mariana deixa claro que, após a publicação do resultado, o proponente
57 selecionado será comunicado da sua seleção e este será convocado para a celebração de Acordo
58 de Cooperação Técnica (ACT), deverá assumir o interesse em receber os estudos e projetos e
59 reconhecer a validade destes para o seu município, além de acompanhar as ações e assumir o
60 compromisso de fornecer quaisquer informações que venham a ser necessárias para a
61 elaboração plena dos projetos. Posto em votação, o parecer é validado por unanimidade pela
62 CTPC, sendo levado agora para a Diretoria do Comitê. Iniciado o debate, Leonardo destaca que
63 os municípios estão solicitando soluções para as sedes administrativas municipais, o que
64 demonstra a dificuldade que estes possuem no gerenciamento de sistemas de esgotamento
65 sanitário. João Paulo Sarmiento entende que o saneamento precisa ter um foco especial,
66 principalmente para a elaboração de projetos, pois os municípios não estão conseguindo se
67 habilitar nos editais que disponibilizam recursos para execução de projetos por não terem projetos
68 escritos de maneira adequada e não estarem organizados administrativamente. Além disso,
69 lembra que muitos municípios que possuem plano municipal de saneamento básico (PMSB) não o
70 aprovaram em suas respectivas câmaras municipais. Muito por falta de conhecimento, por falta de
71 apoio ou interesse político, por terem receio de que ter um PMSB possa se tornar mais uma
72 obrigação a ser executada. João Paulo esclarece que, dentre outras, uma das vantagens de se ter
73 um plano é o fato de a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de
74 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG) ter criado um mecanismo que
75 propicia a garantia da transferência para os fundos municipais de saneamento básico (FMSB) de
76 até 4% da receita líquida tarifária. Por fim, João entende que é preciso avaliar a situação e a forma
77 de apoio aos municípios, pois uma das ações mais efetivas para a bacia do Rio das Velhas é o
78 cuidado com o saneamento. Mas para isso, é preciso que os municípios estejam organizados para
79 poderem se habilitar a conseguir recursos de fontes externas. Leonardo concorda com João
80 Paulo, e observa que, estruturalmente, as cidades que se originaram a partir de atividades
81 minerárias são as que mais possuem comunidades adensadas em área rural, e mesmo já não
82 tendo esse tipo de atividade nestes locais, a população continua lá. Então, entende que, o que
83 falta para o poder público municipal é informação, falta de entendimento de que o PMSB é um
84 atributo para captação de recursos. João Paulo lembra que o CBH Rio das Velhas financiou a

85 elaboração de diversos planos de saneamento, mas os prefeitos não levaram o documento para
86 serem aprovados na câmara municipal, e nem mesmo o comitê avançou junto às prefeituras
87 nessa ação. **Item 04:** Guilherme Silva explica que o Programa de Nascentes e Mananciais
88 Urbanos tem sua vinculação ao Plano Plurianual de Aplicação (PPA) no Componente II (Ações de
89 Planejamento), Subcomponente II.3 (Planos para Conservação e Produção de Água), Ação
90 Programada II.3.1 (Programa de Conservação de Mananciais) Atividade II.3.1.1 – Elaboração de
91 diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e
92 manejo adequado do solo em áreas rurais e projetos de “produção de água” e de recarga hídrica e
93 valorização de nascentes urbanas. A empresa Água e Solo Estudos e Projetos Ltda foi contratada
94 para o gerenciamento deste projeto, entre outros, e elaborará o manual operativo deste programa.
95 Iniciativas anteriores foram analisadas, para subsidiar o conteúdo deste manual, mas precisa ouvir
96 do CBH Rio das Velhas quais as expectativas e requisitos que considera importante, para poder
97 avançar com este programa. Guilherme esclarece ainda que esse manual objetiva à criação de
98 diretrizes para que os subcomitês, prefeituras e/ou outras entidades apresentem demandas
99 alinhadas com o programa, para que possam ser hierarquizadas e selecionadas. Larissa Soares
100 reforça que o debate de hoje é importante para que se possa ter uma base para a criação de
101 metas, indicadores e definir o orçamento necessário para implementação. Márcio Lima lembra que
102 o debate acerca de nascentes urbanas se iniciou nos Subcomitês Ribeirão Arrudas e Ribeirão
103 Onça. Em determinado momento houve uma verba do Ministério Público (MP) destinada ao
104 Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM) para
105 proteção da Lagoa da Pampulha, com apoio do CBH Rio das Velhas e do CBH Rio São Francisco.
106 Cerca de 600 nascentes foram cadastradas, compiladas em um documento chamado Livro Azul,
107 tendo sido entregues às prefeituras da bacia da Pampulha e ao MP. Mas havia ainda a intenção
108 de se pensar o que fazer e criar um plano de ação. Paralelamente, foi elaborado um termo de
109 referência que trazia a preocupação de dar visibilidade a esses cuidadores, onde as empresas
110 que vencedoras da licitação deveriam desenvolver mecanismos que propiciassem esse
111 reconhecimento do cuidador. Apesar dessas ações iniciais, os subcomitês consideraram que não
112 havia sido possível ainda uma ação efetiva para essas nascentes. Assim, os dois subcomitês
113 fizeram a proposta conjunto de ter um estudo e um diagnóstico, para que as prefeituras possam
114 ter instrumentos legais e técnicos para garantir que esses espaços sejam corretamente ocupados
115 e preservados tendo em vista inclusive o zoneamento previsto no plano diretor municipal. Renata
116 Costa informa que a Prefeitura de Contagem criou a Superintendência de Desenvolvimento Rural
117 Sustentável, que atua de forma vinculada a outras secretarias. Dentro dessa superintendência
118 existe o Programa Contagem das Nascentes, que atua em todo o município, mas com foco forte
119 na bacia da Pampulha, e nesse âmbito também se originou o Livro Azul citado por Márcio.
120 Contagem está desenvolvendo um dashboard compartilhado em tempo real, onde será possível
121 identificar a regional onde a nascente está cadastrada e o respectivo cuidador. Além disso, esse
122 programa certifica os empreendimentos com a Certidão de APP (Área de Preservação
123 Permanente) durante seu processo de licenciamento, e possibilidade de desconto de até 80% no
124 IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para os cuidadores de nascentes. Diz que entre as
125 nascentes cadastradas, foi possível elaborar projetos para algumas delas, sendo 4 dentro de uma
126 escola municipal, mas ainda carece de recurso para sua execução. Márcio contribui informando

127 que o plano diretor do município de Contagem trás uma previsão do PSA (Pagamento por
128 Serviços Ambientais), e a possibilidade de compensações ambientais serem aplicadas em
129 projetos de recuperação de nascentes e áreas verdes. João Paulo considera muito interessante o
130 trabalho da Prefeitura de Contagem. Reforça que prefeituras como Belo Horizonte, Ouro Preto,
131 Contagem possuem estrutura administrativa financiada para esse tipo de ação. Outras prefeituras,
132 como as do Alto Médio Rio das Velhas não possuem a mesma condição. Lembra também que
133 estes sofrem com uma pressão por uso e ocupação de solo de forma desordenada,
134 principalmente para chacreamentos irregulares. João entende que este programa precisa não
135 somente cadastrar e hierarquizar as nascentes para elaboração dos projetos, mas apontar os
136 caminhos de financiamento para execução capitando recursos que vão para além da Cobrança,
137 inclusive recursos privados. Informa que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São
138 Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é mais uma instituição que possui recursos para financiar a
139 execução de projetos, mas tem atuado muito nas regiões do norte de Minas Gerais e Nordeste do
140 Brasil. Larissa questiona como seriam definidos os critérios de escolha das áreas para aplicação
141 do programa. Em resposta João Paulo entende que é preciso ter em mente as sedes urbanas e os
142 distritos urbanos, ou seja, as concentrações urbanas. Viviane Pires reforça o entendimento de
143 João Paulo, esclarecendo que no município de Ouro Preto a área urbana contempla a maioria dos
144 distritos. Além disso, é importante pensar em municípios mais carentes, privilegiando aqueles do
145 Alto Médio Rio das Velhas e com maior potencial par produção de água. Guilherme sugere em se
146 pensar em um critério que possa priorizar os municípios da bacia que estão na Região
147 Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A respeito do documento a ser elaborado, considera
148 importante que o critério de seleção e hierarquização das áreas deve levar em conta o
149 conhecimento local de cada subcomitê de acordo com o disposto no manual operativo. Leonardo
150 retoma o papel do município, explicando que o sucesso desse programa depende do interesse e
151 do envolvimento do município, que precisa se conscientizar de seu papel, em proteger as áreas
152 cadastradas. Destaca a necessidade de elaborar um fluxograma de ações para que se possa ter
153 noção do investimento a ser feito. Guilherme sugere que este manual operativo seja direcionado
154 para que o município apresente a demanda, e assim pensar em critérios que possam dar
155 instrumentos ao município para que este garanta a preservação da nascente, dando prioridade
156 aqueles mais carentes. João Paulo alerta também que o município pode não se habilitar por
157 questões políticas, pelo fato de o interesse da gestão municipal estar direcionado a outras
158 questões. De todo modo, é preciso estar atento às fontes de ameaças, pois a potencial falta de
159 estrutura (social, econômica, cultural, política...) pode impedir o município de se habilitar, e é
160 necessário dar apoio para que eles se organizem. Outra situação que Márcio entende que precisa
161 ser considerada é a necessidade de um meio de comunicação oficial das intenções CBH Rio das
162 Velhas do comitê junto às prefeituras, de modo a despertar nos gestores municipais tal
163 engajamento, e possam oficialmente apresentar suas demandas, que precisam ser analisadas e
164 haver uma devolutiva a eles com as ações que podem ser realizadas. Então, sugere que em
165 primeiro lugar a prefeitura manifeste seu desejo em apresentar a demanda. Em seguida, o comitê
166 vai à prefeitura, que por sua vez envia suas informações, e é determinado um prazo para análise e
167 produção das possibilidades de soluções. Tendo isto em mente, Leonardo sugere que o comitê se
168 aproxime da Associação Mineira de Municípios (AMM), e em seus eventos consolidar a assinatura

169 de um documento compromisso dos municípios do Alto Rio das Velhas em relação ao programa
170 de nascentes urbanas. Dimas informa que dentro do contrato de prestação de serviços de
171 mobilização social e educação ambiental existe um produto a ser executado que é o encontro de
172 prefeitos e prefeitas da bacia do Rio das Velhas, e essa intenção pode ser tratada lá. Quanto ao
173 fato de serem áreas privadas ou públicas, Leonardo entende que é uma situação que pode ficar
174 em aberto. A atuação em área pública pode ser feita de forma imediata com recursos públicos. Já
175 área privada é preciso identificar um potencial cuidador. Márcio diz que em experiências anteriores
176 percebeu que esse acerto independe de interesse, e o sucesso atuando em áreas privadas foram
177 maiores. O poder público precisa caracterizar a área como não edificante em seu plano diretor.
178 Guilherme tem dúvida se o potencial cuidador deve ser voluntário ou o município. E João entende
179 ser motivador identificar e formar o cuidador, formular parcerias para cuidar da nascente, mas não
180 pode ser uma obrigatoriedade existir o cuidador previamente. Renata alerta que é preciso ter em
181 mente a educação ambiental permeando todo o processo, algo que é reforçado por Márcio, pois
182 as pessoas precisam ser educadas para o uso do equipamento público. E Guilherme entende que,
183 no fim das contas, o objetivo principal está ligado à educação ambiental em área urbana, sendo
184 este o primeiro item ao hierarquizar os objetivos. Nathália sugere que sejam criados mecanismos
185 de incentivo e sensibilização destes cuidadores, como a certificação deles, desconto em IPTU
186 entre outros, e a definição de critérios para ser cuidador. Márcio diz que outra forma de manter a
187 mobilização desses cuidadores é estar sempre próximo deles e dos municípios, para que se
188 mantenham sempre motivados. Por fim, Guilherme sugere uma oficina para avaliação da primeira
189 proposta. E Márcio lembra da necessidade de se ter indicadores, poder avaliar o antes e depois
190 das intervenções. Sobre as possibilidades de intervenção, os conselheiros de imediato aprovam
191 aquelas propostas por Guilherme. **Item 5.** João Paulo informa que está acompanhando o Projeto
192 de Gestão Integrada da Paisagem, em parceria com o Governo do Canadá, onde os subcomitês
193 do Alto Médio Rio das Velhas foram convidados para oficinas a serem realizadas em Caeté,
194 Sabará, Taquaraçu de Minas e Santa Luzia, e serão abordados temas como geografia social,
195 stakeholders, bosque modelo. Este projeto será mais uma possibilidade de poder ter uma visão do
196 território como um todo, e propiciar formas de se fazer a gestão integrada da paisagem. Não
197 havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação da CTPC atesta que esta reunião ocorreu
198 com a estrutura mínima necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e
199 encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada na reunião do dia 04 de
200 novembro de 2024. **Encaminhamentos:** enviar aos conselheiros a proposta preliminar do manual
201 operativo do Programa de Nascentes e Mananciais Urbanos em 21/10/2024 como parte integrante
202 da convocação da reunião ordinária da CTPC do dia 28/10/2024.

203
204



Leonardo José Teixeira
Coordenador da CTPC